



**Processo nº** 11516.000888/2009-33  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **2201-009.590 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 2<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária**  
**Sessão de** 13 de setembro de 2022  
**Recorrente** ASSOCIACAO DOS ADVOGADOS JUDICIAIS DO BESC SA  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Ano-calendário: 2004, 2005, 2006

**IMPUGNAÇÃO. PRAZO.**

A manifestação do contribuinte fora do prazo estabelecido pela legislação para apresentar impugnação não instaura a fase litigiosa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário.

(assinado digitalmente)

Carlos Alberto do Amaral Azeredo - Presidente e Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros Débora Fófano dos Santos, Douglas Kakazu Kushiyama, Francisco Nogueira Guarita, Fernando Gomes Favacho, Marco Aurélio de Oliveira Barbosa, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e Carlos Alberto do Amaral Azeredo (Presidente).

## **Relatório**

O presente processo trata de recurso voluntário impetrado em face do Acórdão 02-28.225, de 18 de agosto de 2010, exarado pela 8<sup>a</sup> Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Belo Horizonte/MG, fl. 110/112, que não conheceu da impugnação apresentada pelo contribuinte contra a Auto de Infração - DEBCAD 37.200.201-3, por ter o fiscalizado deixado de apresentar as folhas de pagamento das remunerações pagas ou creditadas aos segurados contribuintes individuais a seu serviço.

O citado Auto de Infração consta de fl. 3 a 9, tendo sido lançado crédito tributário para o período de 01/2004 a 12/2006, no valor total de R\$ 13.291,66.

Ciente do lançamento, pessoalmente, em 11 de março de 2009, fl. 03, inconformado, o contribuinte autuado apresentou a impugnação de fl. 55 a 60, em 23 de abril de 2009.

Debruçada sobre os termos da impugnação, a Secretaria da Receita Previdenciária exarou o Acórdão ora recorrido, o qual não conheceu da impugnação, por considerá-la intempestiva, conforme Ementa abaixo transcrita:

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Período de apuração: 01/01/2004 a 31/12/2006

IMPUGNAÇÃO INTEMPESTIVA. ARGUIÇÃO DE TEMPESTIVIDADE.

A decisão que julgar impugnação intempestiva com arguição de tempestividade deve limitar-se a apreciar a preliminar levantada

Ciente do Acórdão da DRJ em 29 de outubro de 2010, conforme AR de fl. 115, ainda inconformado, o contribuinte autuado apresentou o Recurso de fl. 116 a 118, em 29 de novembro de 2010, cujas razões serão melhor detalhadas no curso do voto a seguir.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Relator

Por ser tempestivo e por atender as demais condições de admissibilidade, conheço do Recurso Voluntário.

Inicialmente, a defesa reitera integralmente os termos da defesa já apresentada e questiona o não conhecimento de sua impugnação, alegando que, ainda que revel, tratando-se de matéria exclusivamente de direito, poderia atuar no processo a qualquer tempo.

Assim, o recorrente reconhece a apresentação intempestiva de sua defesa, apenas afirmando que, no caso em tela, ainda que de forma extemporânea, poderia atuar no processo.

A análise dos documentos juntados aos autos, em particular a ciência pessoal exarada em fl. 03, ocorrida em 11 de março de 2009, em cotejo com a data em que a impugnação foi protocolada, 23 de abril de 2009, fl. 116, não deixa qualquer dúvida de que a defesa se manifestou extemporaneamente.

Assim dispõe o Decreto 70.235/72:

Art. 14. A impugnação da exigência instaura a fase litigiosa do procedimento.

Art. 15. A impugnação, formalizada por escrito e instruída com os documentos em que se fundamentar, será apresentada ao órgão preparador no prazo de trinta dias, contados da data em que for feita a intimação da exigência.

Por sua vez, o Decreto 7574/2011, assim dispõe:

Art. 56. A impugnação, formalizada por escrito, instruída com os documentos em que se fundamentar e apresentada em unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o domicílio tributário do sujeito passivo, bem como, remetida por via postal, no prazo de trinta dias, contados da data da ciência da intimação da exigência, instaura a fase litigiosa do procedimento ( Decreto nº 70.235, de 1972, arts. 14 e 15 ).

§ 1º Apresentada a impugnação em unidade diversa, esta a remeterá à unidade indicada no **caput**.

§ 2º Eventual petição, apresentada fora do prazo, não caracteriza impugnação, não instaura a fase litigiosa do procedimento, não suspende a exigibilidade do crédito

tributário nem comporta julgamento de primeira instância, salvo se caracterizada ou suscitada a tempestividade, como preliminar.

Portanto, a petição apresentada fora do prazo não caracteriza impugnação e só foi analisada em 1<sup>a</sup> Instância administrativa em razão da afirmação da defesa de que sua manifestação teria sido tempestiva, sem se descuidar, naturalmente, dos corretos limites apontados sinteticamente na Ementa do Acórdão recorrido.

A alegação do contribuinte acerca da aplicação ao caso concreto do art. 322 da Lei nº 5.869/73 não lhe socorre, já que há legislação específica sobre a matéria e, como bem pontuado pela decisão recorrida, não se instaurando a fase litigiosa, não cabe ao Julgador de 1<sup>a</sup> Instância se manifestar sobre os argumentos apresentados, já que, em o fazendo, resultaria mácula de nulidade, por carência de um dos requisitos de validade do ato administrativo, a competência.

Assim, correta a conclusão da Autoridade recorrida, razão pela qual se impõe a negativa de provimento ao recurso voluntário ora sob análise, sendo certo que, a seu exclusivo critério de conveniência e oportunidade, a Autoridade administrativa pode avaliar as razões apresentadas pelo contribuinte, nos termos do art. 149 da Lei 5.172/66, as quais, inclusive, foram temas de julgamentos nos processos em que se exigem créditos tributários resultantes do mesmo procedimento fiscal, amparado nos mesmos elementos fáticos e de direito, os quais foram levados a termo em momento imediatamente anterior ao julgamento do presente.

### **Conclusão:**

Assim, tendo em vista tudo que consta nos autos, bem assim na descrição e fundamentos legais que integram do presente, voto por negar provimento ao recurso voluntário.

(assinado digitalmente)

Carlos Alberto do Amaral Azeredo